

Relatório Anual de Controle Interno

Prefeitura Municipal de Itaverava

Controle Interno

Sumário

- ✓ Apresentação;
- ✓ Introdução;
- ✓ Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- ✓ Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial;
- ✓ Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito;
- ✓ Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa Total com pessoal;
- ✓ Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei Orgânica do município, e ainda de recursos do FUNDEB;
- ✓ Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- ✓ Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- ✓ Avaliação das providências adotadas diante de danos causados ao erário público;
- ✓ Conclusão.

Apresentação:

Relatório do Controle Interno

O Executivo Municipal de Itaverava norteado pelas normas instituídas no Ordenamento Jurídico, elaborou o presente Relatório do Controle Interno, que é parte integrante de sua Prestação de Contas Anual do exercício financeiro do ano de 2016. Com este relatório buscamos atender plenamente ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar 101/00, combinados com os artigos 76 a 80 da Lei Federal 4.320/64, e Instruções Normativas do TCE/MG.

Destacamos que as análises originaram-se dos registros contábeis realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, conjugados com os trabalhos do Controle Interno e foram aplicadas técnicas de análise de balanços públicos.

O presente relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento da sociedade, informações adicionais de forma simplificada e transparente das ações programadas, a partir da execução dos orçamentos e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, buscando, assim, traduzir os dados contidos na Prestação de Contas Anual do exercício de 2016.

O trabalho do Controle Interno buscou cumprir sua finalidade, valendo destacar as seguintes ações e procedimentos:

- ✓ Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município ;
- ✓ Comprovação da legalidade e avaliação os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e ainda a aplicação dos recursos públicos destinados às entidades de direito privado;
- ✓ Exercer o controle das operações de crédito, bem como dos direitos e haveres do Município;
- ✓ Apoiar o controle externo no exercício de suas responsabilidades constitucionais;

- ✓ Auxiliar o Chefe do Executivo, possibilitando ao mesmo uma gestão responsável, transparente, plena de legalidade e, sobretudo, pautada na moralidade e razoabilidade;
- ✓ Auxiliar na implementação e cumprimento das normas e regulamentos, perseguindo sempre a legalidade das ações das quais resulte arrecadação de receita ou da realização de despesa, ou ainda o surgimento ou extinção de direitos e obrigações;
- ✓ o cumprimento das obrigações por parte dos agentes responsáveis por bens e valores públicos, e ainda o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, desempenhando com precaução e austeridade suas funções com vistas à manutenção e fortalecimento da boa qualidade dos serviços, almejando atingir com segurança os objetivos da política administrativa e programas colocados à disposição da população, portando-se como elo de respeito e confiança tanto dos segmentos administrativos, quanto dos sociais.

Ressaltamos no presente relatório, que apesar das dificuldades, que normalmente enfrentam as pequenas unidades administrativas, o Controle Interno do Município, tentou desenvolver uma fiscalização séria e preventiva, buscando o cumprimento de sua missão institucional, mostrando, no dia a dia, que sua evolução e responsabilidade têm como lastro a contribuição para a melhoria da gestão e aproveitamento dos escassos recursos públicos, visando sempre o bem estar da população.

Introdução:

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016 deixou evidenciada a necessidade de otimização das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, incluindo aí também o controle das fontes de recursos, para observância de sua origem e destinação, especificadas pelas tabelas publicadas pelo Tribunal de Contas, conforme Instrução Normativa nº 05/2011, para cumprimento do parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000.

Neste enfoque procuramos durante o ano de 2016, realizar uma prestação de serviços, com atuação interna, acompanhando os processos inerentes às receitas e despesas do Município. E ainda, atuando externamente no sentido de visitação dos diversos segmentos da administração, para realização de análise não só burocrática mas em todos os seus aspectos, lembrando aos mesmos a necessidade do comprometimento com o bom planejamento e programação financeira.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando orientar os gestores para o cumprimento dos programas e metas do governo, porém sem deixar de atender a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, tendo em vista a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas à promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração, sem esquecer da transparência.

Desenvolvimento:

Avaliação do Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual - PPA – do Município de Itaverava, estabeleceu os objetivos e metas administrativas, para o quadriênio de 2014 a 2017, onde constam as diversas ações, constantes dos programas governamentais, a serem desenvolvidas pelo executivo municipal, buscando o desenvolvimento e oferecimento de bons serviços à população. O PPA foi utilizado para materializar o planejamento estratégico do Município para o período, e ainda serviu como norte para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e conseqüentemente da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se a meta atingida foi à meta proposta, e se a ação alcançou, de fato, os anseios da população.

Desse modo, constatamos que muitas das ações, ou não foram realizadas ou foram parcialmente realizadas, mas esta realidade não comprometeu totalmente os serviços, pois, concluímos que os serviços básicos de saúde, educação e assistência social foram atendidos a contento. Desta forma podemos afirmar que as ações que foram possíveis de ser realizadas, cumpriram suas finalidades, e que os programas propostos atingiram a contento seus objetivos, e o resultado alcançado atenderam os anseios esperados pela população.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – foi utilizada na concretização do planejamento tático para o exercício de 2016. Destacamos que seus objetivos e diretrizes estratégicas, com base nas linhas gerais prioritárias de atuação e busca de resultados, foram alcançados a contento.

A Lei Orçamentária Anual – LOA - materializou o planejamento operacional para o exercício de 2016, estimando a receita e fixando a despesa do município. Editada sob o nº 651, em 23 de dezembro de 2015, conseguiu ser mais do que mera estimativa de receita e fixação de despesa, pois, conseguiu ser norteadora das decisões estratégicas das ações e empreendimentos municipais realizados.

Evidenciamos que foram aplicadas também as normas para o controle das

condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei nº 4.320/64, na LC 101/2000 e demais legislação pertinente.

Avaliação dos Resultados Quanto a Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária

O Balanço Orçamentário consolidado demonstra o resultado orçamentário do exercício, a partir das receitas e despesas previstas com as realizadas, conforme artigo 102 da Lei 4.320/64.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- ✓ Quadro Principal;
- ✓ Quadro da Execução dos restos a Pagar Não Processados; e
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

No Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas por categoria econômica e origem, com:

- ✓ previsão inicial;
- ✓ atualização para o exercício;
- ✓ a receita realizada; e
- ✓ o saldo, que correspondendo este ao déficit orçamentário ou ao excesso orçamentário quando superavitário.

As despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando:

- ✓ dotação inicial;
- ✓ dotação atualizada para o exercício;
- ✓ a despesa empenhada;
- ✓ a despesa liquidada;
- ✓ a despesa paga; e
- ✓ o saldo da dotação.

Vale ressaltar que nos termos proposto pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, com a demonstração da receita por categoria econômica e origem, com atualização para o exercício, fica evidenciado no balanço os excessos de arrecadação verificados, que poderão ser utilizados para abertura dos créditos adicionais ao orçamento, nos termos do artigo 43, da lei 4.320/64.

Basta para tanto avaliar em cada receita por categoria econômica e origem os valores da previsão inicial e atualizada, para se determinar o excesso de arrecadação verificado.

Na relação da receita e despesa atualizadas poderemos ainda encontrar uma situação de desequilíbrio. Isso ocorrerá quando da utilização de recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores, pois o mesmo não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário, que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário do exercício de 2016, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra que no exercício de 2016 tivemos a seguinte execução:

✓ **Receita:**

Entre receita prevista e atualizada, com a efetivamente arrecadada um déficit no total de R\$ -7.031.353,98

✓ **Despesa:**

Entre despesa autorizada, inicial e atualizada, com a efetivamente empenhada um superávit/ déficit no total de R\$ 7.031.353,98

Entre receita e despesa atualizadas tivemos um superávit/ déficit orçamentário de R\$ 0,00

Entre receita e despesa efetivamente realizada tivemos um superávit/ déficit orçamentário de R\$ 0,00

O Balanço Orçamentário traz ainda a demonstração dos restos a pagar compreendido:

1- Execução dos restos a pagar não processados:

✓ Os inscritos em exercícios anteriores:

Os restos a pagar não processados relativos a exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício anterior, no caso os de 2016, que não foram cancelados. Eles totalizam R\$318.154,85

✓ Os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior:

Os restos a pagar não processados de 2016, que não foram cancelados. Eles totalizam R\$5.039,79

✓ Liquidados:

Compreende aqueles não processados, liquidados no exercício e ainda não pagos. Eles totalizam R\$0,00

✓ Pagos:

Compreende aqueles restos a pagar não processados, liquidados e pagos. Eles totalizam R\$ 0,00

✓ Cancelados:

Compreende os restos a pagar não processados que por um motivo ou outro foram cancelados. Eles totalizam R\$323.194,64

2- Execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados:

✓ Os inscritos em exercícios anteriores:

Os restos a pagar processados e não processados liquidados, relativos a exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício anterior, no caso os de 2016, que não foram cancelados. Eles totalizam R\$960.824,06

✓ Os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior:

Os restos a pagar processados e não processados de 2016, que não foram cancelados. Eles totalizam R\$1.189.542,58

✓ Pagos:

Compreende aqueles restos a pagar processados pagos e não processados liquidados. Eles totalizam R\$1.057.588,53

✓ Cancelados:

Compreende os restos a pagar processados e não processados que por um motivo ou outro foram cancelados. Eles totalizam R\$683.466,39

Dos Créditos Adicionais:

Durante a execução Orçamentária foram necessários a abertura de créditos adicionais **suplementares/especiais** nos limites autorizados pelo Legislativo Municipal, da seguinte forma:

Créditos Suplementares:

Autorizado pela Lei nº	Data da Lei	Fonte de Recursos	Valor Autorizado	Valor Aberto
651	23/12/2015	Anulação de Dotação	2.965.740,00	2.249.244,97
653	23/03/2016	Anulação de Dotação	488.856,00	494.872,93
660	18/06/2016	Anulação de Dotação	4.942.900,00	2.082.040,00
666	01/09/2016	Anulação de Dotação	800.000,00	649.339,44
Totais			9.197.496,00	5.475.497,34

Créditos Especiais:

Autorizado pela Lei nº	Data da Lei	Fonte de Recursos	Valor Autorizado	Valor Aberto
655	28/04/2016	Anulação de Dotação	349.200,00	349.200,00

<i>Avaliação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Financeira.</i>				

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro demonstra:

- ✓ a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- ✓ os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- ✓ as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- ✓ o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

É no Balanço Financeiro que apuramos o resultado financeiro do exercício. A forma de se apurar é bem simples, basta comparar o saldo para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. O resultado positivo desta relação pode ser visto como um indicador de equilíbrio financeiro.

Mas não basta somente avaliar o resultado desta operação, para verificação da saúde financeira do Município é necessário verificar se este saldo positivo não tem origem em endividamento público. Da mesma forma o resultado negativo não pode ser visto como má gestão financeira, pois ele pode ter origem na redução do endividamento.

A análise correta do resultado financeiro deve ser realizada conjuntamente com o Balanço patrimonial, onde pode-se avaliar o todo, o resultante da execução orçamentária e também da extraorçamentária.

A receita e despesa orçamentária apresentada por fonte/ destinação dos recursos evidencia com mais clareza a aplicação dos recursos financeiros.

As receitas e despesas classificam em:

- ✓ ***Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias:***

- ✓

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, para atender a quaisquer finalidades.

No exercício de 2016 as receitas ordinárias totalizaram R\$6.044.866,64, enquanto as despesas totalizaram R\$6.888.562,11

✓ **Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas:**

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio de mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No exercício de 2016 as receitas vinculadas totalizaram R\$6.480.647,42, enquanto as despesas totalizaram R\$5.851.683,91

✓ **Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas:**

✓

É a movimentação de recursos financeiros entre os diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município. Em nosso caso esta movimentação é extraorçamentária. Estes valores quando realizada a consolidação dos órgãos e entidades são compensados. Os lançamentos são de transferências recebidas e concedidas, respectivamente. Elas totalizam: as recebidas R\$720.584,90, e as concedidas totalizam R\$720.584,90

✓ **Recebimentos extraorçamentários:**

Compreendem os valores, como a própria nomenclatura diz, movimentados fora da execução orçamentária. Compreendem os valores de consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, etc., e ainda os restos a pagar. Eles totalizam: R\$1.359.643,91 sendo as consignações R\$878.243,71 os restos a pagar totalizam R\$ 352.394,04, e outros recebimentos R\$129.006,16

✓ **Pagamentos extraorçamentários:**

Compreendem os pagamentos que não se submetem a execução orçamentária. São os pagamentos dos recebimentos extraorçamentários, e dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. Eles totalizam R\$ 1.552.718,15, sendo consignações R\$495.129,62, os restos a pagar totalizam R\$1.057.588,53, e outros recebimentos R\$0,00

✓ **Saldo do exercício anterior e saldo para o exercício seguinte:**

Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha "depósitos restituíveis e valores vinculados".

No balanço do exercício de 2016, encontramos os seguintes valores:

- ✓ Saldo do exercício anterior:
 - Caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$1.985.013,76; e
 - Depósitos restituíveis e valores vinculados, no valor de R\$ 91.367,38
- ✓ Saldo para o exercício seguinte:
 - Caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$1.453.210,73; e
 - Depósitos restituíveis e valores vinculados, no valor de R\$215.364,21

O Balanço Financeiro do exercício de 2016, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra que no exercício de 2016 tivemos a seguinte execução:

Avaliação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Patrimonial

No Balanço Patrimonial é demonstrado, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial do Município. Suas contas representam o patrimônio público.

Os ativos e passivos são divididos em circulante e não circulante. A lei 4.320/64 o divide o ativo e passivo em dois grupos, financeiro e permanente, definidos segundo a necessidade ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- ✓ Quadro Principal;
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- ✓ Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- ✓ Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro.

É no Balanço Patrimonial que é possível realizar diversas análises, tais como: a liquidez e endividamento da entidade.

- ✓ Quadro Principal:
- ✓ *Ativo Circulante:*

Onde consta:

- as disponibilidades com realização imediata; e
- que têm expectativa de realização em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos:

- que sejam caixa ou equivalentes de caixa;
- sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

✓ **Caixa ou equivalentes:**

- compreende os valores em caixa e bancos. Eles totalizam R\$1.453.210,73

✓ **Créditos a Curto Prazo:**

- Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente. Eles totalizam R\$688.996,74

✓ **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo:**

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Estoques:**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente:**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Ativo não Circulante:**

Onde consta os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante:

- o ativo realizável a longo prazo;
- os investimentos;
- o imobilizado;
- o intangível; e
- eventual saldo amortizar do ativo diferido.

✓ **Realizável a Longo Prazo:**

São os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Eles totalizam R\$ 102.069,05

✓ **Investimentos**

São as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo

e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. Não existe movimentação no Exercício. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Imobilizado**

São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Eles totalizam R\$ 5.127.978,27

✓ **Intangível**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Não existe movimentação no Exercício. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Diferido**

Compreende as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, registrados até 31 de dezembro de 2016 e ainda não amortizados. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Passivo Circulante:**

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os passivos:

- que tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade;
- sejam mantidos primariamente para negociação;
- tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo;
- sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

✓ **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:**

✓

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Elas totalizam R\$ 539.937,22

✓ ***Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:***

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. Eles totalizam R\$ R\$ 516,43.

✓ ***Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:***

Compreende as obrigações junto a fornecedores, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Eles totalizam R\$ 520.358,54

✓ ***Obrigações Fiscais a Curto Prazo:***

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ ***Obrigações de Repartições a Outros Entes***

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios. Não existe movimentação no Exercício.

✓ ***Provisões a Curto Prazo:***

✓

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ ***Demais Obrigações a Curto Prazo:***

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Elas totalizam R\$ 1.536.327,93,

✓ **Passivo Não Circulante**

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações que não podem ser classificadas no passivo circulante.

✓ **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo:**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo:**

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo. Eles totalizam R\$. -99.729,89.

✓ **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo:**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Obrigações Fiscais a Longo Prazo:**

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Provisões a Longo Prazo:**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Resultado Diferido:**

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2016. Não existe movimentação no Exercício .

Patrimônio Líquido:

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto.

Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto. O patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto totaliza R\$ 7.372.254,79

✓ **Patrimônio Social e Capital Social:**

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital:**

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos. Não existe movimentação no Exercício..

✓ **Reservas de Capital**

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA). Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Reservas de Lucros**

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Demais Reservas**

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Resultados Acumulados**

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Eles totalizam R\$ 4.874.844,56

✓ **Ações / Cotas em Tesouraria**

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade. Não existe movimentação no Exercício.

✓ **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:**

✓ **Ativo Financeiro:**

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores de numerários. Ele totaliza R\$ 1.668.574,94

✓ **Ativo Permanente:**

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Ele totaliza R\$ 5.703.679,85

✓ **Passivo Financeiro:**

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Ele totaliza (-) R\$ 2.042.265,09

✓ **Passivo Permanente:**

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa amortização ou resgate. Ele totaliza R\$ 455.855,14

✓ **Quadro das Contas de Compensação**

✓ **Contas de Compensação:**

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

✓ **Atos Potenciais:**

Compreende os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

✓ **Atos Potenciais Ativos:**

Compreende os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Eles totaliza R\$ 1.930.045,18.

✓ **Atos Potenciais Passivos:**

Compreende os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Eles totaliza R\$ -172.466,27

✓ **Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro:**

✓ **Superávit Financeiro:**

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

✓ **Déficit Financeiro:**

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

✓ **Fonte de Recursos:**

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Este quadro apresenta o superávit e déficit financeiros por fonte de recursos. Neste exercício no total das fontes apurou-se um déficit de R\$ 373.690,15

O Balanço Patrimonial do exercício de 2016, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra que no exercício de 2016 tivemos a seguinte execução:

✓ **Demonstração das Variações Patrimoniais:**

A Demonstração das Variações Patrimoniais é a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio. Estas alterações advém ou não da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pela relação entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado.

Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de

desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

✓ **Variações Patrimoniais Aumentativas:**

✓ ***Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:***

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. No exercício tivemos uma arrecadação total de R\$ 527.475,18,

✓ ***Contribuições:***

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública. No exercício tivemos uma arrecadação total de R\$23.701,95

✓ ***Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos:***

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. Não existe movimentação no Exercício

✓ ***Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:***

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende os descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Tivemos no exercício uma arrecadação total de R\$ 83.142,31

✓ ***Transferências e Delegações Recebidas:***

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior. No exercício tivemos uma arrecadação total de R\$ 14.690.431,91

✓ ***Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:***

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 1.123.660,72

✓ ***Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:***

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 9.242,93,

✓ **Variações Patrimoniais Diminutivas:**

✓ **Pessoal e Encargos:**

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 6.357.250,18

✓ **Benefícios Previdenciários e Assistenciais:**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 155.953,60

✓ **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:**

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 4.427.284,58

✓ **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras:**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias. Não tivemos movimentação no exercício.

✓ **Transferências e Delegações Concedidas:**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 3.035.570,23

✓ **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:**

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 1.125.297,77

✓ **Tributárias:**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 9.176,86

✓ **Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados:**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período. Não tivemos movimentação no exercício.

✓ **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 62.298,87

✓ **Total das Variações Patrimoniais:**

Compreende a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

No exercício de 2016 elas alcançaram um superávit no total de R\$ 62.298,87

✓ **Demonstração dos Fluxos de Caixa:**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- ✓ as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- ✓ os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- ✓ o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por:

- ✓ Quadro Principal;
- ✓ Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- ✓ Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- ✓ Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- ✓ Quadro de Juros e Encargos da Dívida
- ✓ **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**
Obtivemos no exercício um resultado de R\$ 905.798,33
- ✓ **Ingressos das Operações:**

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 14.045.027,34

✓ **Desembolsos das Operações:**

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 13.139.229,01

✓ **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:**

Obtivemos no exercício um resultado de R\$ -472.601,56

✓ **Ingressos de Investimento:**

Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 65.010,00.

✓ **Desembolsos de Investimento:**

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 537.611,56

- ✓ **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:**
Obtivemos no exercício um resultado de R\$ -964.999,80

✓ **Ingressos de Financiamento:**
Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 20.801,82

• **Desembolsos de Financiamento**

Compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida. Tivemos no exercício uma movimentação no total de R\$ 985.801,62

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

Entre o caixa e equivalente de caixa, inicial e final obtivemos no exercício um resultado de R\$ 531.803,03

Análise do Cumprimento dos Limites e Condições para Realização de Operações de Crédito.

Não foram realizadas Operações de Crédito no exercício de 2016.

Análise da Observância dos Limites e Condições para a Realização da Despesa Total com Pessoal

<i>Despesa com Pessoal</i>	<i>Valor</i>
Despesa – Prefeitura	6.097.206,37
Despesa – Câmara	525.997,41
Despesa - Administração Indireta	
Total das Despesas Com Pessoal do Município	6.623.203,78
Receitas Correntes do Município	14.609.742,65
Deduções da Receita Corrente	2.170.040,41
Receita Corrente Líquida – Base de Cálculo	12.439.702,24

Percentual Gasto com Pessoal	51,99%
Percentual permitido pela LC 101/00	60,00%
Percentual Gasto pela Prefeitura	47,76%
Percentual permitido pela LC 101/00	54,00%
Percentual Gasto pela Câmara	4,23%
Percentual permitido pela LC 101/00	6,00%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstramos no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município em 2016, onde fica evidenciado o **cumprimento** da norma legal.

De acordo com o quadro acima fica evidenciado que o Executivo Municipal, despendeu R\$ 6.097.206,37, que representam 47,76%, da Receita Corrente Líquida, enquanto o Legislativo despendeu R\$ 525.997,41, que representam 4,23%, da Receita Corrente Líquida.

Após o encerramento de cada **semestre**, a administração divulgou os valores apurados, não tendo que regularizar os excessos nos dois quadrimestres seguintes, por não ter ultrapassado os limites legais.

Por fim vale ressaltar que, seguindo orientação do Tribunal de Contas do Estado, nos cálculos acima foram deduzidos do cômputo os gastos com inativos e pensionistas.

Avaliação da Aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Cumpre-nos destacar que a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foi de R\$ 2.963.551,09 correspondendo a 25,36% sobre a receita proveniente de impostos e transferências que somaram R\$ 11.686.668,93 Os dados registrados demonstram que o Município cumpriu o mandamento constitucional de gastos mínimos em ensino, conforme detalhamento abaixo descrito.

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Recursos	Valor
Impostos	504.823,12
Transferências Correntes	11.181.845,81
Outras Receitas Correntes	0,00
Total das Receitas	11.686.668,93
Manutenção da Educação Básica	793.510,68
Contribuição ao FUNDEB	2.170.040,41
Total das Aplicações na Manutenção do Ensino	2.963.551,09
Percentual Aplicado	25,36%

<i>Demonstrativo dos Recursos do FUNDEB</i>			
Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB:			
01. Transferência de Recursos FUNDEB		654.272,41	
02. Rendimentos de Aplicações Financeiras do Recurso		2.223,05	
03. Complementação da União ao FUNDEB			
Recursos Não Aplicados do Exercício Anterior			
Total dos Recursos Recebidos		656.495,46	
Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FUNDEB:			
Aplicação na Educação Básica			
Total dos Recursos Aplicados		656.495,46	
Gastos com Profissionais do Magistério da Educação Básica			
Valor Legal Mínimo		60,00%	
Valor Aplicado	656.495,46	Percentual Aplicado	100%

Avaliação da Aplicação dos Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal, o Município aplicou mais que 15% das receitas, produto de impostos arrecadados e transferências, em ações e serviços públicos de saúde, conforme demonstração de dados a seguir.

<i>Demonstrativo dos Recursos Aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	
Recursos Destinados à Saúde (15%):	
Impostos	504.823,12

Transferências Correntes	10.850.210,36
Outras Receitas Correntes	0,00
Total das Receitas	11.355.033,48
Valor Legal de Aplicação na Saúde (15%)	1.703.255,02
Aplicação dos Recursos na Saúde	1.730.597,28
Percentual Aplicação nas Ações de Saúde	15,24%

Conforme demonstrado, o Município aplicou no exercício de 2016 o equivalente a R\$ 1.730.597,28 o que representa 15,24% das receitas produto de impostos e transferências que somaram R\$ 11.355.033,48

Assim as aplicações nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2016, superaram 15% (quinze por cento) da receita base de cálculo, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

Informações quanto à Destinação de Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

No exercício de 2016 houve alienação de ativos no valor de R\$ 65.010,00, que foram destinados a despesas de capital, conforme determina o art. 44, da LC 101/2000.

Análise da Observância do Disposto no Art. 29-A da Constituição Federal, Referente ao Repasse de Recursos ao Poder Legislativo.

<i>Recursos Consignados para Câmara Municipal</i>		
<i>Arrecadação Municipal Exercício Anterior</i>	<i>Recurso Autorizado 7% Art. 29-A - CF</i>	<i>Valor do Repasse</i>
9.749.691,45	682.478,40	647.384,90
Percentual de Recursos Repassados		6,64%

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Constituição Federal. A Administração Municipal observou e respeitou o limite máximo, ou seja, não ultrapassou os 7% estabelecidos pela Constituição Federal. Ressaltamos que do valor do repasse acima demonstrado foi deduzida a devolução realizada pelo Legislativo, no valor de R\$ 36.600,00

Avaliação das Providências Adotadas Diante de Danos Causados ao Erário

Com base nas informações da procuradoria jurídica do nosso município, temos a esclarecer que em 2016 não houve nenhum procedimento de Tomada de Contas Especial.

Demonstração dos Restos a Pagar e Disponibilidade Financeiras

Da Inscrição de Restos a Pagar em 2016:

<i>Discriminação</i>	<i>Do Executivo</i>
Restos a Pagar Processados	377.165,85
Restos a Pagar não Processados	710,00
<i>Total</i>	<i>381.483,76</i>
Restos a Pagar Vinculados	0,00
Restos a Pagar não Vinculados	0,00
<i>Total</i>	<i>0,00</i>

Da Disponibilidade Financeira em 31/12/2016:

<i>Discriminação</i>	<i>Do Executivo</i>
Caixa/ Bancos Recursos Não Vinculados	42.451,22
Caixa/ Bancos - Recursos Vinculados	0,00
Aplicações Financeiras – Recursos Não Vinculados	
Aplicações Financeiras – Recursos Vinculados	810.516,05
<i>Subtotal – (1)</i>	<i>852.967,27</i>
Valores Compromissados até 31/12/2016 – Passivo Financeiro – (2)	
<i>Total das Disponibilidades = (1-2)</i>	<i>852.967,27</i>

Analisando os quadros acima comprovamos a seguinte realidade:

- 1 – As disponibilidades de recursos não vinculados não são suficientes/são suficientes para suportar os restos a pagar não vinculados;
- 2 – As disponibilidades de recursos vinculados não são suficientes/são suficientes para suportar os restos a pagar não vinculados; e
- 3 – As disponibilidades financeiras total não são suficientes/são suficientes para suportar a totalidade dos restos a pagar.

Obrigações junto ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM

O Município cumpriu, tempestivamente, as exigências contidas nos incisos I, II e

III, do art. 4º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente ao envio do Instrumento de Planejamento - IP, constituído do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Cumpriu ainda, com as exigências do art. 5º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente as remessas mensais da execução orçamentária e financeira

*Detalhamento das Despesas Devidas, Pagas e Inscritas em Restos a Pagar à
Títulos de Obrigações Patronais*

Despesas Devidas:

<i>Entidade Recebedora</i>	<i>Executivo</i>	<i>Administração Indireta</i>	<i>Legislativo</i>	<i>Total das Contribuições</i>
INSS	201.877,50			201.877,50
RPPS				
<i>Totais</i>	201.877,50			201.877,50

As obrigações patronais devidas pelo Município, no exercício financeiro de 2016, totalizaram R\$ 201.877,50 Deste valor, R\$ 201.877,50 são devidos para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sendo R\$ 201.877,50 do Executivo Municipal,

Despesas Pagas:

<i>Entidade Recebedora</i>	<i>Executivo</i>	<i>Administração Indireta</i>	<i>Legislativo</i>	<i>Total das Contribuições</i>
INSS	116.678,57			116.678,57
RPPS				
<i>Totais</i>	116.678,57			116.678,57

As obrigações patronais pagas pelo Município, no exercício financeiro de 2016, totalizaram R\$ 116.678,57 Deste valor, R\$ 116.678,57 foi pago para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sendo R\$ 116.678,57 do Executivo Municipal,

Despesas Inscritas em Restos a Pagar:

<i>Entidade Recebedora</i>	<i>Executivo</i>	<i>Administração Indireta</i>	<i>Legislativo</i>	<i>Total das Contribuições</i>
INSS	85.198,93			85.198,93
RPPS				
<i>Totais</i>	85.198,93			85.198,93

As obrigações patronais inscritas em Restos a Pagar pelo Município, no exercício financeiro de 2016, totalizaram R\$ 85.198,93. Deste valor, R\$ 85.198,93 são referentes a contribuições devidas para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sendo R\$85.198,93 do Executivo Municipal,

No exercício não houve renegociação de dívida com o Regime Próprio de Previdência Social

As dívidas do Município junto ao Regime Próprio de Previdência Social, foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis, em especial no que diz respeito aos Restos a Pagar, Dívida Ativa e Contribuições a Receber

Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado pela/pelo Secretaria Municipal de Controle Interno/ Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que tratam as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado, e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no mesmo.

A/O Secretaria Municipal de Controle Interno/ Controle Interno da Prefeitura acompanhou as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis, as conciliações e os registros que deram origem às mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas do exercício anterior, para verificação do limite estabelecido pelo artigo 29-A da Constituição Federal, apuração dos saldos de Restos a Pagar e Disponibilidades Financeiras, e demais demonstrações contábeis.

Por fim, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da Contabilidade do Município.

À partir dos documentos analisados e do acompanhamento cotidiano feito pelo Controle Interno, podemos afirmar que a prestação de contas do exercício de 2016 atende à legislação pertinente. Assim sendo concluímos por sua regularidade e entendemos que a mesma está em condições de ser submetida à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Itaverava, 30 de Março de 2017.

Controle Interno